



Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), uma vez que também solicitou a sua substituição Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 a 5.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 e 7.

A Sra. Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 8 e 9.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

Ordem de Trabalhos

A) Período de Antes da Ordem do Dia

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

B) Período da Ordem do Dia

- 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 18 de outubro de 2021**
- 2. Deliberação n.º 01/2022 – Proposta n.º 16A/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Fornecimento contínuo para aquisição de serviços de assistência técnica com a reparação e manutenção de superestruturas de recolha de resíduos sólidos**

- urbanos, pelo período de 24 meses – PAQ n.º 2315/2021/DITEM - Concurso Público n.º 27/2021/DAF/DICOMP/SECOMP.*
- 3. Deliberação n.º 02/2022 – Proposta n.º 01/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vinte e Seis de Setembro, n.º 15 e 17, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal.*
 - 4. Deliberação n.º 03/2022 – Proposta n.º 02/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Associação Socorros Mútuos Setubalense, 7 – r/c, Fração “B”, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal.*
 - 5. Deliberação n.º 04/2022 – Proposta n.º 03/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Associação Socorros Mútuos Setubalense, 6 – 1.º andar, Fração “A”, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal.*
 - 6. Deliberação n.º 05/2022 – Proposta n.º 04/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Almocreves, 8, Fração “B”, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal.*
 - 7. Deliberação n.º 06/2022 – Proposta n.º 05/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo António Joaquim Correia, 36, 37, 38 e 39, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal.*
 - 8. Deliberação n.º 07/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo de S. Tiago, n.º 4, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal.*
 - 9. Deliberação n.º 08/2022 – Proposta n.º 07/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio das Casas Amarelas, Vale de Mulatas, Urbanização Jardins de Santiago, lote 62, em Setúbal, São Sebastião, Setúbal.*
 - 10. Deliberação n.º 09/2022 – Proposta n.º 08/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Luz n.º 4, 1.º D, São Sebastião, Setúbal.*
 - 11. Deliberação n.º 10/2022 – Proposta n.º 09/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada de Palmela, Bairro Dias Ferrão, Setúbal.*
 - 12. Deliberação n.º 11/2022 – Proposta n.º 10/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Padre José Maria Nunes da Silva n.º 193, Setúbal.*
 - 13. Deliberação n.º 12/2022 – Proposta n.º 11/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fonte Fresca n.º 12, 3.º Dt., Setúbal.*
 - 14. Deliberação n.º 13/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique Augusto Pereira, n.º 2, Setúbal.*
 - 15. Deliberação n.º 14/2022 – Proposta n.º 13/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mariano Coelho, n.º 18, 1.º Dt., Setúbal.*
 - 16. Deliberação n.º 15/2022 – Proposta n.º 14/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jaime Cortesão n.º 41, r/c Esq., Setúbal.*
 - 17. Deliberação n.º 16/2022 – Proposta n.º 15/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mário Cães Esteves n.º 3, 9.º B, Setúbal.*

18. **Deliberação n.º 17/2022 – Proposta n.º 16/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheirinhos, n.º 10, 5.º Dt., Setúbal.**
19. **Deliberação n.º 18/2022 – Proposta n.º 17/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro Operário 28 e 30, Setúbal.**
20. **Deliberação n.º 19/2022 – Proposta n.º 18/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. Manuel de Arriaga n.º 6 e 6A, Setúbal.**
21. **Deliberação n.º 20/2022 – Proposta n.º 19/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Nuno Álvares n.º 46, 3B, Setúbal.**
22. **Deliberação n.º 21/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça de Portugal, 38, São Sebastião, Setúbal.**
23. **Deliberação n.º 22/2022 – Proposta n.º 21/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça de Portugal, 39, Setúbal.**
24. **Deliberação n.º 23/2022 – Proposta n.º 22/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Cais n.º 77, Bloco A, 1.º Dt., Setúbal**
25. **Deliberação n.º 24/2022 – Proposta n.º 23/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Oliveiras, n.º 32 – 2.º Frt., Setúbal**
26. **Deliberação n.º 25/2022 – Proposta n.º 24/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 130, São Sebastião, Setúbal.**
27. **Deliberação n.º 26/2022 – Proposta n.º 25/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Comendador Lino da Silva, 7 A e 7 B, Setúbal.**
28. **Deliberação n.º 27/2022 – Proposta n.º 26/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10 – Quinta de Canes, Brejos de Canes, Setúbal.**
29. **Deliberação n.º 28/2022 – Proposta n.º 27/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta das Amendoeiras, 4, 1.º E, Setúbal.**
30. **Deliberação n.º 29/2022 – Proposta n.º 28/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com área de 83,00 m2, sita em Rua dos Pinheirinhos, na Freguesia de São Sebastião – Retificação.**
31. **Deliberação n.º 30/2022 – Proposta n.º 29/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 47, Bloco N, 4.º A, Fração AL, São Sebastião, Setúbal.**
32. **Deliberação n.º 31/2022 – Proposta n.º 30/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 143, 143A e 143B, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal.**
33. **Deliberação n.º 32/2022 – Proposta n.º 31/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10, KM 37, Casal do Brejo, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal.**

34. **Deliberação n.º 33/2022 – Proposta n.º 32/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Andorinhas, n.º 7, Cave, Fração B, São Sebastião, Setúbal.**
35. **Deliberação n.º 34/2022 – Proposta n.º 33/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Lagar de São João, n.º 10, 2.º F, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal.**
36. **Deliberação n.º 35/2022 – Proposta n.º 34/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Aldeia de Vendas de Azeitão, Lote 6, União das Freguesias de Azeitão, Setúbal.**
37. **Deliberação n.º 36/2022 – Proposta n.º 35/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da Amizade, n.º 35, r/c, Fração D, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Setúbal.**
38. **Deliberação n.º 37/2022 – Proposta n.º 36/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bloco A - Avenida Belo Horizonte, n.º 80 e 80A, Bloco B – Avenida Belo Horizonte, n.º 78, 78D, 78E, traseiras 78A, 78B e 78C, bloco E – Avenida Belo Horizonte, n.º 76, 76A, 76B e Rua Dr. José de Barros e Vasconcelos, n.º 1, Areias, Bairro Santos Nicolau, Freguesia de São Sebastião, Setúbal.**
39. **Deliberação n.º 38/2022 – Proposta n.º 37/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Agostinho da Silva, 8, Fração D, São Sebastião, Setúbal.**
40. **Deliberação n.º 39/2022 – Proposta n.º 38/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casal do Brejo, Estrada Nacional 10, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal.**
41. **Deliberação n.º 40/2022 – Proposta n.º 39/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Várzea do Arneiro – Estrada dos Picheleiros, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal.**
42. **Deliberação n.º 41/2022 – Proposta n.º 40/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Alienação de parcela de terreno, sita na Rua Frei Pedro Lagarto, União de Freguesias de Setúbal.**
43. **Deliberação n.º 42/2022 – Proposta n.º 41/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Alienação de parcela de terreno, sita na Rua da Vontade, União de Freguesias de Setúbal.**
44. **Deliberação n.º 43/2022 – Proposta n.º 42/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Loteamento Municipal do Bairro Grito do Povo - Alienação dos lotes.**
45. **Deliberação n.º 44/2022 – Proposta n.º 04A/2021 – DCIRT/DITUR – Apresentação de Candidatura da Praias da Figueirinha ao Galardão Bandeira Azul 2022.**
46. **Deliberação n.º 45/2022 – Proposta n.º 06A/2021 – DOM – Empreitada “AD 42/16 - Moinho da Maré da Mourisca - Trabalhos de remodelação e manutenção” - Auto de recepção definitiva – Homologação.**
47. **Deliberação n.º 46/2022 – Proposta n.º 07A/2021 – DOM - Empreitada “CPREV 36/2020/DOM – Unidade de Saúde Familiar de Azeitão” – Aprovação de PTRE – Plano de Trabalhos com Riscos Especiais.**
48. **Deliberação n.º 47/2022 – Proposta n.º 08A/2021 – DOM - Empreitada "CLPQ 04/2020 - Museu de Setúbal - Recuperação do Convento de Jesus - Alas Norte e Nascente" - Aprovação de DPSS – Desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada.**
49. **Deliberação n.º 48/2022 – Proposta n.º 59A/2021 – DURB/DIGU - Aprovação de alteração à planta de síntese de loteamento.**

50. **Deliberação n.º 49/2022 – Proposta n.º 105A/2021 – DURB/GAPRU – Pedido de informação prévia sobre viabilidade de construção de um conjunto de edifícios de habitação coletiva.**
51. **Deliberação n.º 50/2022 – Proposta n.º 01/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação de compartes, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho.**
52. **Deliberação n.º 51/2022 – Proposta n.º 02/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação de compartes, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho.**
53. **Deliberação n.º 52/2022 – Proposta n.º 03/2022 – DURB - Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação de compartes, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho.**
54. **Deliberação n.º 53/2022 – Proposta n.º 04/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de 4 moradias, 4 garagens, 4 piscinas e muro de vedação.**
55. **Deliberação n.º 54/2022 – Proposta n.º 05/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, abrigo automóvel, piscina e muro de vedação.**
56. **Deliberação n.º 55/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura – obras de reconstrução, ampliação e alteração de pavilhão gímnodesportivo.**
57. **Deliberação n.º 56/2022 – Proposta n.º 07/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra.**
58. **Deliberação n.º 57/2022 – Proposta n.º 08/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra.**
59. **Deliberação n.º 58/2022 – Proposta n.º 09/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra.**
60. **Deliberação n.º 59/2022 – Proposta n.º 10/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra.**
61. **Deliberação n.º 60/2022 – Proposta n.º 11/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra.**
62. **Deliberação n.º 61/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DURB/DIGU - Concessão de licença de construção de piscina e legalização de alteração do muro de vedação.**
63. **Deliberação n.º 62/2022 – Proposta n.º 13/2022 – DURB/DIGU - Concessão de licença de construção de moradia unifamiliar, piscina e muro de vedação.**
64. **Deliberação n.º 63/2022 – Proposta n.º 14/2022 – DURB/DIGU - Concessão de licença de construção de moradia unifamiliar, abrigo automóvel e muro de vedação.**
65. **Deliberação n.º 64/2022 – Proposta n.º 15/2022 – DURB/DIGU - Concessão de licença de construção para ampliação e alteração de moradia unifamiliar existente, com garagem, tanque enterrado e muro de vedação.**
66. **Deliberação n.º 65/2022 – Proposta n.º 16/2022 – DURB/DIGU - concessão de licença de construção, para moradia unifamiliar, garagem, piscina e muro de vedação.**

67. *Deliberação n.º 66/2022 – Proposta n.º 17/2022 – DURB/DIGU - Caducidade da operação urbanística de demolição da edificação.*
 68. *Deliberação n.º 67/2022 – Proposta n.º 18/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local.*
 69. *Deliberação n.º 68/2022 – Proposta n.º 19/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local.*
 70. *Deliberação n.º 69/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar isolada, garagem, piscina e muros de vedação.*
 71. *Deliberação n.º 70/2022 – Proposta n.º 21/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de 3 moradias, 3 abrigos automóveis, 3 piscinas e muro de vedação.*
 72. *Deliberação n.º 71/2022 – Proposta n.º 22/2022 – DURB/DIGU - Caducidade do procedimento e arquivamento do processo.*
 73. *Deliberação n.º 72/2022 – Proposta n.º 23/2022 – DURB/DIGU - Pedido de informação prévia de realização de obras de construção de uma moradia unifamiliar e de uma unidade de turismo de habitação.*
 74. *Deliberação n.º 73/2022 – Proposta n.º 24/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra.*
 75. *Deliberação n.º 74/2022 – Proposta n.º 25/2022 – DURB/DIGU - Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de realização de demolição e de edificação em área de servidão administrativa.*
 76. *Deliberação n.º 75/2022 – Proposta n.º 26/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de reabilitação/alteração de cobertura.*
 77. *Deliberação n.º 76/2022 – Proposta n.º 27/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas ao edifício de habitação e concessão da licença.*
 78. *Deliberação n.º 77/2022 – Proposta n.º 28/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração.*
 79. *Deliberação n.º 78/2022 – Proposta n.º 29/2022 – DURB/GAPRU - Concessão da licença de construção de demolição, reconstrução, alteração e ampliação do edifício habitacional.*
 80. *Deliberação n.º 79/2022 – Proposta n.º 30/2022 – DURB/GAPRU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local.*
 81. *Deliberação n.º 80/2022 – Proposta n.º 31/2022 – DURB/GAPRU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local.*
 82. *Deliberação n.º 81/2022 – Proposta n.º 32/2022 – DURB/GAPRU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local.*
 83. *Deliberação n.º 82/2022 – Proposta n.º 33/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição de edifício.*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete da Presidência (GAP), do Departamento de Administração e Finanças (DAF) e do Departamento de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo (DCIRT), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 11 a 13.

- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 14.
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH) e do Departamento de Educação e Saúde (DES), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 15 e 16.
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude (DCDJ), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 17.
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete Apoio à Vereadora Rita Carvalho (GAVRC) e do Departamento de Urbanismo (DURB), conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 18 e 19.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando José – Disse que competia na primeira reunião de Câmara do ano 2022 desejar a todos e em especial a Setúbal e aos setubalenses um feliz Ano Novo. O ano de 2021 tinha ficado marcado pelo combate à pandemia, um combate que tinha sido feito com solidariedade e não com austeridade. Um combate que se tinha feito com medidas de apoio aos trabalhadores, às famílias e às empresas. Um combate que se consubstanciou em apoios ao tecido empresarial e à manutenção de postos de trabalho e não em cortes cegos e despedimentos de “régua e esquadro”. Na fase mais difícil da vida coletiva não se deu um passo atrás nas conquistas alcançadas nos últimos seis anos. Os trabalhadores em funções públicas que na crise anterior estiveram na lista negra para serem despedidos pelo Governo de direita, mantiveram naquela crise os seus postos de trabalho e foram essenciais para respostas sociais no combate à crise pandémica. As remunerações cortadas na crise anterior e os subsídios de férias e de natal sonogados aos trabalhadores na anterior crise, não entraram na resposta de combate àquele inimigo invisível, nenhum feriado tinha sido cortado e as 35 horas de trabalho continuaram a ser uma realidade na Função Pública. A Função Pública tinha visto as suas carreiras serem descongeladas e milhares de trabalhadores precários integrados, a crise tinha sido combatida com solidariedade e não com austeridade. Mesmo num plano de crise sem precedentes, tinha sido possível continuar a combater a precariedade laboral, a densificar direitos laborais e medidas que refletissem o aumento de rendimento para as famílias, como os passes sociais, o aumento do salário mínimo nacional e implementação de novas medidas de apoio às famílias e às empresas.

O ano de 2021 tinha ficado ainda marcado por uma alteração política no concelho de Setúbal, a maioria absoluta de um só partido tinha dado lugar a uma maioria da oposição que exigia capacidade de diálogo e opções certas no orçamento municipal, sem bloqueios e dando margem de manobra para a ação do executivo. Os vereadores eleitos pelo PS viabilizaram o orçamento e a reestruturação organizacional da autarquia, evitando desculpas para o que fosse assumido e não viesse a ser executado. De forma responsável os vereadores eleitos pelo Partido Socialista viabilizaram o orçamento municipal, evitando estrangulamentos orçamentais que colocassem em causa o combate à terceira vaga da pandemia. De forma responsável viabilizaram o orçamento municipal, dando condições para que a autarquia pudesse ser mola impulsora de retoma económica do concelho.

O ano 2021 tinha ficado marcado pela irresponsabilidade vertida nos tacticismos políticos, de quem tinha juntado os seus votos à direita e à extrema-direita, para chumbar o orçamento

mais progressista da democracia e assim derrubando o Governo, criando uma desnecessária e incompreensível crise política, no meio do combate à terceira vaga da pandemia e, precisamente, no momento em que o país densificava uma assinalável retoma económica.

Tendo chegado com inegável sucesso no plano de vacinação, fruto do sentido de responsabilidade coletiva dos portugueses, do esforço do Ministério da Saúde e das autarquias, na qual se destacava o papel da Câmara Municipal de Setúbal e dos seus funcionários, mas, sobretudo da enorme dedicação e resiliência dos profissionais de saúde e dos inúmeros voluntários que se tinham juntado àquele causa comum, era hora de virar a página, colocando um ponto final naquela crise pandémica e agarrar os enormes desafios que se avizinhavam.

Aquele novo ano seria de esperança e ambição, de confiança e necessária estabilidade. A vacinação da maioria dos portugueses e a desejada imunidade, que lhes devolveria a liberdade da sua vida coletiva, a retoma em pleno de toda a atividade económica e a concretização do Plano de Recuperação e Resiliência, seriam fatores determinantes para o desenvolvimento do nosso país nos próximos anos. Uma caminhada que se iniciava e que seria determinante para o futuro de Portugal e dos portugueses, um caminho de progresso que só seria possível trilhar com estabilidade. Estabilidade que permitisse densificar os direitos repostos, as conquistas alcançadas e potenciar novas medidas, como a agenda para o trabalho digno, o aumento do salário mínimo nacional para os 900 euros em janeiro de 2026 e do salário médio com forte apoio ao emprego jovem, o aumento de pensões, a concretização da habitação com o Primeiro Direito digno para todos, creche gratuitas de forma progressiva e com início no ano de 2022.

Mais e melhor Serviço Nacional de Saúde, com a integração de mais profissionais e a construção de novas unidades de saúde. Uma aposta sem precedentes na escola pública com a requalificação do sistema de colocação de professores, a modernização dos estabelecimentos escolares e a atribuição em regime de comodato de computadores portáteis a todos os alunos. A maior descentralização de competências do poder central nas autarquias locais em áreas como a solidariedade social, a saúde e educação, com o objetivo de aproximar ainda mais os decisores políticos dos centros de ação e das gentes das suas terras. Só com estabilidade seria possível continuar o caminho até ali trilhado e virar a página daquela que foi a fase mais difícil da nossa vida coletiva. O virar de página já em 2022 com respostas, que no concelho de Setúbal se verteram, por exemplo, na redução do IMI e da participação variável do IRS, por proposta dos vereadores do Partido Socialista, que irão refletir em 2022 uma redução do rendimento disponível para as famílias.

Um virar de página que se refletiu na aprovação da proposta dos vereadores eleitos pelo PS naquela Câmara e que permitiam que as reuniões de Câmara fossem transmitidas “online” com maior proximidade e sindicância pelos eleitores. Um virar de página, por propostas que em 2022 continuaram a ser apresentadas pelos vereadores eleitos pelo PS naquela Câmara e que iriam ter como objetivo de normalizar relações laborais na autarquia, combater a precariedade laboral e melhorar a vida das famílias e empresas do concelho de Setúbal. Propostas pragmáticas e assertivas para o desenvolvimento de Setúbal e no apoio ao movimento associativo que dariam resposta a problemas que se arrastavam no tempo e contribuiriam para nos desafios que se avizinhavam e com as opções certas no orçamento municipal fazer o que ainda não tinha sido feito.

O ano de 2022 começava com o Centro Hospitalar de Setúbal a receber 67 novos médicos internos, com o Instituto Politécnico de Setúbal a receber a aprovação no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, na construção do tão desejado edifício para a Escola Superior de Saúde, cujo concurso de empreitada iria ser lançado em breve. O ano de 2022 iria representar o início das obras de construção do novo edifício das urgências do Hospital São Bernardo, a conclusão das obras de construção do novo Centro de Saúde de Azeitão e os primeiros passos para a construção de habitação municipal, que em Setúbal e após duas décadas, iriam colocar, por exemplo, o fim ao degradante flagelo de habitação indigna da Quinta da Parvoice e respostas a muitos jovens e à classe média, através do programa iniciado em 2021 pela Secretaria de Estado da Habitação, em cooperação com o poder local.

No ano de 2022 iriam dar também início junto da União Europeia do processo, para que a Península de Setúbal viesse a ser classificada como NUT II, revertendo uma má decisão do Governo PSD/CDS, que em muito tinha prejudicado o concelho de Setúbal. *“Resilientes como sempre, seguiremos juntos com esperança e ambição, determinados como nunca, juntos seguimos e conseguimos, pois enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar, enquanto houver estrada para andar e enquanto houver ventos e mar, a gente não vai parar!”*
Feliz Ano Novo!

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que antes do almoço daquele dia, a empresa “Cosmos – Segurança Privada”, que tinha contrato a prestação de serviços com o município, havia enviado para o Gabinete de Apoio à Presidência, dando conhecimento aos Gabinetes de Apoio à Vereação da oposição, quer do PS quer do PSD, um e-mail, onde dava nota de atrasos de pagamentos de diversas faturas, que remontavam a meio do ano, a um montante total de 102.157, 65€. Fazendo fé no conteúdo do e-mail que lhes tinha sido enviado, teriam já sido enviados diversos e-mails nos meses de julho, agosto e outubro, sendo que aqueles atrasos remontavam a faturas por pagar desde o mês de maio, sendo que o contrato previa o pagamento das faturas emitidas até 60 dias após a sua emissão. Todavia já tinham passados cerca de oito meses, praticamente metade daquele período e já na vigência do atual mandato. Pelo que questionou o senhor Presidente, se o referido e-mail com aquela informação correspondia à verdade, se tinha existido aquele incumprimento, bem como se tinha existido por parte do município, tal como a empresa referia, uma falta de disponibilidade para agendar uma reunião, para atender o telefone ou até mesmo para dar resposta aos e-mails que tinham sido enviados. Gostariam de saber, não o que iria ser feito, porque estariam a falar de oito meses de atraso, mas aquilo que já tinha sido feito, no sentido de regularizar aqueles 102 mil euros de faturação em atraso àquela empresa.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Desejou a todos um Bom Ano de 2022. Disse que tinham vindo a aperceber-se de uma situação considerada complexa em relação ao Centro Comercial do Bonfim. O grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal, no passado dia 29, tinha colocado ao executivo uma questão sobre aquela matéria, mas na altura, uma vez que se tinha esgotado o tempo de intervenção do executivo, não tinha sido possível que o mesmo pudesse ter dado resposta. Razão pela qual, aproveitaram a oportunidade em trazer aquelas preocupações relativamente aos proprietários e aos funcionários, pela situação que estariam a viver. Disse que desconheciam o clausulado dos contratos de arrendamento e, por essa razão era difícil pronunciarem-se de uma forma muito efetiva e contundente sobre a legalidade da comunicação do término dos mesmos. No entanto, questionou o executivo, na pessoa do senhor Presidente, para saber se a Câmara tinha feito alguma diligência ou estaria a pensar fazer, no sentido de apoiar aqueles cidadãos. Em relação aos painéis de azulejos gostaria de saber se havia alguma vantagem ou alguma intenção de os poder classificar.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que na sequência de uma eventual existência de surto de Covid nos serviços do Município de Setúbal, gostava que o senhor Presidente pudesse confirmar a existência, ou não, dos mesmos e em que serviços teriam surgido. Caso tivessem existido algumas situações daquelas nos serviços municipais, gostava de saber que medidas de contenção estavam a ser tomadas ou que já tinham sido tomadas.
Gostavam de saber como tinha sido aplicado o regime de teletrabalho na Câmara Municipal de Setúbal, nomeadamente, desde o dia 26 de dezembro, quantos trabalhadores tinham ficado em teletrabalho e se em algum momento, desde o dia 26 de dezembro até àquela data, se alguns trabalhadores da autarquia tinham sido obrigados a fazer teste Covid e se o referido teste tinha sido condição para que os respetivos funcionários pudessem aceder ao exercício da sua atividade profissional.

Sr. Vereador Paulo Calado – Desejou um Bom Ano a todos, que o mesmo fosse um ano de sucesso para o Município de Setúbal e para o país, atendendo à situação complicada que ainda se vivenciava com a pandemia.

Referiu que tinha achado curiosa a intervenção do senhor Vereador Fernando José, que era candidato a deputado pelo círculo de Setúbal, que estava ali a fazer um esforço enorme para ver se seria eleito, daí aquela sua declaração política. Disse que também era candidato, mas como era suplente, naturalmente não seria eleito.

Na realidade, o que o preocupava não seria tanto aquelas eleições, especificamente para aquele fórum, mas sim as eleições anteriores e seria nesse âmbito que iria questionar uma vez mais sobre o terminal rodoviário que tinha sido inaugurado pela senhora presidente da Câmara anterior, em 16 setembro de 2021, mas que continuava por ser utilizado pelos setubalenses, assim como as obras que continuavam demoradamente a não serem feitas na Avenida dos Ciprestes e em todas as vias adjacentes. Seria importante que tivesse havido uma explicação aos setubalenses sobre aquela demora, porque a mesma criava inúmeros problemas no dia-a-dia e na circulação da cidade.

No que se referia às dívidas de curto prazo que a Câmara tinha, nomeadamente da empresa que naquele dia lhes tinha enviado um e-mail, pelo menos às bancadas da oposição, a empresa “Cosmos - Segurança Privada”, no qual se verificava o atraso de algumas faturas, em cerca de 150 dias ou mais, consideravam complicado, por se tratar de uma pequena empresa que precisava de fazer face aos seus compromissos, por essa razão era importante terem obtido da parte do senhor Presidente ou do vereador responsável, uma resposta sobre o que se passava com aquelas situações e qual a forma de as debelar, tendo em conta que na Câmara e na Assembleia Municipal tinha sido aprovada recentemente, a possibilidade de contratação do empréstimo de curto prazo, para fazer face àquele tipo de situações.

Tinha também uma última questão, relacionada com o Plano de Gestão, de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Setúbal, que tinha sido aprovado em março de 2010, o qual tinha tido a aprovação daquilo que era o seu relatório anual no dia 16 de novembro de 2011. Desde aquela data até ao presente, não tinha havido qualquer outro relatório, pelo menos que tivessem tido conhecimento, sobre a apresentação em reunião de Câmara do Plano de Gestão, de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, pelo gostavam de ter uma explicação sobre aquele facto, uma vez que as recomendações que existiam do Conselho de Prevenção da Corrupção, era no sentido de que aquele relatório tivesse sido produzido anualmente.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Desejou um Bom Ano a todos e esperava que o mesmo fosse de mais esperança e menos preocupações, tendo em conta a situação pandémica que viveram nos últimos dois anos.

Disse que a 30 de janeiro se ia realizar um dos momentos mais importantes da democracia, iam ter eleições e todos sabiam a importância do voto e da participação de cada cidadão, que seria fundamental para uma democracia, sendo que numa democracia e num Estado de Direito as eleições eram muito importantes. Tinham o dever de contribuir em tudo aquilo que pudessem para garantir que no dia 30 de janeiro estivessem reunidas as condições, para que todos pudessem exercer o seu direito em segurança, pelo que questionou quais tinham sido as medidas que a Câmara tinha tomado ou pensava vir a tomar e se estaria a planear aumentar o número dos locais de votos, tendo em conta a possibilidade de voto antecipado, se haveria brigadas para o voto dos confinados, ou se haveria outras medidas que eventualmente pudessem ser planeadas.

Certamente que o senhor Presidente estaria a par sobre aquilo que se estaria a passar no Centro Comercial do Bonfim, por essa razão gostaria de saber sobre aquilo que a Câmara já tinha procurado fazer, se já tinha falado com os lojistas, no sentido de perceber se haveria alguma forma de apoiar aquelas pessoas.

Questionou o senhor Presidente sobre se os trabalhadores da Câmara Municipal que tinham funções compatíveis com teletrabalho, se os mesmos se encontravam em teletrabalho, uma vez que se tinha levantado a questão e a dúvida que o teletrabalho seria apenas para os

trabalhadores com filhos menores de três anos e não era isso que se verificava, uma vez que o teletrabalho era obrigatório para todas as pessoas desde que as suas funções fossem compatíveis.

De acordo com a questão que tinha levantado nas últimas duas reuniões ordinárias, os Voluntários da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra desempenhavam funções de voluntariado sem qualquer proteção, nunca tinha existido apólice de seguro ativa. Recentemente não existiam voluntários, aquele serviço estava a ser assegurado pelo presidente da junta e pelo seu secretário, até à tomada de posse de novos voluntários. Esperavam que quando houvesse a tomada de posse que as apólices de seguros estivessem em dia.

Relativamente à questão da empresa Cosmos, no âmbito da discussão do orçamento, uma das questões que frisou tinha sido a preocupação de serem uma das autarquias que demorava mais tempo a pagar e o impacto que isso representava para as empresas, principalmente para as pequenas empresas. Pelo que pretendiam perceber o que é que a Câmara já tinha encetado no sentido de resolver e poderem dar resposta, uma vez que iam ter, pelo menos, mais um trimestre gravemente afetado pela pandemia e as empresas que prestavam o serviço, precisavam de receber, o que era um direito que lhes assistia.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Desejou a todos um Bom Ano, esperando que pudessem ver concretizados muitos daqueles desejos e anseios que seriam necessários para a normalização das suas vidas.

Disse que gostaria de esclarecer as questões e as preocupações que os senhores vereadores tinham colocado, relativo ao e-mail que tinha sido rececionado ao meio-dia naquele dia, o qual já tinha sido enviado para os serviços respetivos, para que fosse feita a conferência e o apuramento da situação, no sentido de saber se existia aquela dívida, se a dívida tinha aquele valor e se as faturas correspondiam ao que era reclamado pela empresa. Tinha havido um diálogo com aquela empresa assim como com todas as empresas e havia um historial de respostas. As questões e a forma como cada um sentia, seria natural que pudesse ser exteriorizado de forma diferente, o que era legítimo e fazia parte da vida. A Câmara estava a fazer os pagamentos de faturas àquela empresa, sendo que numa primeira observação existiam faturas que tinham que ser confirmadas e os serviços iam ter que confirmar para que os pagamentos pudessem ser feitos. Estavam empenhados, tal como tinha sido afirmado pelo senhor Presidente na sessão da Assembleia Municipal, no passado dia 29, em que a Assembleia Municipal tinha aprovado o orçamento da Câmara, que durante aquele ano e durante o mandato, os prazos fossem reduzidos substancialmente. Passando a ser uma referência na região e no país naquela matéria, num contexto da situação financeira do município, que era conhecido e que não valia a pena estarem constantemente a falar sobre o mesmo.

Felicitou os vereadores do Partido Socialista, ao contrário dos restantes eleitos do Partido Socialista noutros órgãos daquela autarquia, nomeadamente na Assembleia Municipal, pelo facto de não terem questionado se as obras do Centro de Saúde de Azeitão já tinham avançado, mas pelo contrário, afirmaram implicitamente, nas palavras do senhor Vereador Fernando José, de que as obras estavam a decorrer e que aquele ano ia ser o ano da conclusão das obras do Centro de Saúde de Azeitão. Estranhamente circulava nas redes sociais e por alguns meios de Azeitão, quando o anterior executivo tinha anunciado o lançamento da obra do Centro de Saúde de Azeitão, que se tratava de uma manobra eleitoralista, que estava tudo parado e que nada avançava. Quando na realidade era possível observar que as obras tinham avançado e que todos os processos e procedimentos relativos àquela empreitada também estavam a avançar.

Disse que fazia votos para que o concurso da ampliação do Hospital de São Bernardo decorresse da melhor forma e que pudesse avançar, porque era muito necessário que o Centro Hospitalar de Setúbal, tal como em reunião com as três câmaras do seu território de influência de cada município, a Câmara Municipal de Setúbal, Palmela e Sesimbra, em conjunto com as respetivas juntas de freguesia, com um conjunto de sindicatos de diferentes

profissionais e até de diferentes opções políticas e os utentes que estiveram presentes na reunião de Câmara de dezembro passado, muito ansiavam para que a situação muito complexa que se vivia no Hospital de São Bernardo, pudesse ser resolvida.

Disse que gostava de fazer uma pequena correção, uma vez que não se tratavam de médicos internos, mas de médicos que tinham iniciado o seu internato, porque existia a medicina interna e existiam os médicos de internato. O Hospital de São Bernardo, tal como anteriormente, sempre formou médicos naquela especialidade, uma vez que se tratava de um hospital com capacidade formativa. Infelizmente, no presente, já não tinha capacidade formativa na área da ginecologia, sendo que não tinha conseguido entrar nenhum médico para fazer o internato naquela área, que era uma das áreas mais frágeis do Centro Hospitalar.

Sra. Vice-Presidente – Disse que tinham sido colocadas algumas questões sobre os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, pelo que pretendia esclarecer que a Câmara Municipal tinha um plano de contingência por causa da situação do Covid e que esse plano de contingência era aquilo que norteava as ações do executivo, tendo em conta os casos que iam surgindo. Tinham alguns casos identificados nos serviços, que sempre que eram identificados, os colegas de trabalho revelavam alguma inquietude.

Normalmente os trabalhadores pediam para serem testados o mais rapidamente possível, sendo que a Câmara Municipal tinha esse serviço para os seus trabalhadores. Normalmente acontecia que os trabalhadores se ausentavam do seu local de trabalho e iam fazer o teste, sendo que ninguém era obrigado a fazer o teste, até porque aquela situação não estava prevista em nenhum sítio, aquela condição não existia para que as pessoas pudessem aceder no seu local de trabalho, era simplesmente uma recomendação. Da maior parte das vezes partia dos próprios trabalhadores, por questões da sua própria segurança, porque tinham estado em contacto com a pessoa infetada ou porque tinham estado na mesma viatura, mesmo cumprindo todas as normas de segurança da utilização da máscara, ficavam receosos e os seus dirigentes, por questões de segurança, autorizavam imediatamente que os trabalhadores pudessem deslocar-se aos locais para fazerem o respetivo teste.

Atualmente tinham voltado à fórmula antiga, uma vez que já tinham um sítio dedicado apenas aos trabalhadores da Câmara junto do IEFP, para que as pessoas também pudessem fazer o teste Covid com mais privacidade e para que pudessem ser atendidas com mais celeridade, sem prejudicar aquilo que era o normal funcionamento dos serviços. A determinada altura o serviço de testagem deixou de ser necessário, mas infelizmente, com o aumento de casos veio novamente a ser necessário.

No que se referia às questões do teletrabalho para aquelas duas semanas, informou os restantes vereadores que o executivo tinha decidido que as pessoas que tinham funções compatíveis com teletrabalho tinham sido autorizadas a realizar, sendo que numa grande parte dos serviços não era possível, porque eram serviços muito operacionais e porque os atendimentos também se mantinham, mas de uma maneira geral, todos aqueles que tinham funções com teletrabalho e manifestaram essa vontade tinha-lhes sido autorizado. Vieram a tomar outras medidas para aqueles que não puderam estar em teletrabalho, referindo a título de exemplo, alguns desfasamentos de entradas e de saídas e alguns horários em espelho, que certamente teria a ver com a organização de cada serviço e com o tipo de serviço.

Sr. Vereador Joel Marques – Solicitou um esclarecimento ao senhor vereador Ricardo Oliveira, uma vez que na sua intervenção e da resposta que lhes tinha dado, da qual agradecia, terá resultado uma questão relevante. O senhor vereador Ricardo Oliveira remetera quase exclusivamente para um problema de conferência de faturas, um atraso que já vinha quase há oito meses no pagamento à empresa, que naquele dia tinha entrado em contacto quer com o Gabinete de Apoio à Presidência, quer com os Gabinetes de Apoio à Vereação da oposição.

Questionou o senhor vereador Ricardo Oliveira, tendo em conta a sua afirmação, sobre se seria prática corrente, que a conferência de faturas dos diversos fornecedores tivesse

praticamente oito meses de atraso ou se seria um problema pontual e um atraso pontual, devidamente identificado e circunscrito àquela empresa.

Sr. Presidente da Câmara – Certamente que já tinham sido dadas respostas às várias questões que os senhores vereadores tinham colocado.

No que referia às faturas e aos pagamentos em atraso, disse que já tinha tido a oportunidade de tornar público, que os serviços estavam a fazer o ponto da situação e seria elaborado um plano de pagamentos, de forma faseada e diferenciada. Tinham que ter em conta as diversas situações das grandes dívidas e das pequenas dívidas, porque tinham de ter soluções diferenciadas e era aquilo que estava a ser feito e quando estivesse concluído, certamente, que daria conhecimento aos restantes vereadores.

No que se referia à questão da empresa Cosmos, disse que não tinha conhecimento, na realidade os vereadores da oposição tinham essa informação privilegiada e aquela facilidade a qual não tinha tido, porque da sua parte não lhe tinha chegado nenhum pedido de audiência sobre aquela matéria, daquela empresa.

No que se referia à questão do Centro Comercial do Bonfim, disse que não tinha ainda conhecimento em direto com nenhum dos intervenientes, nem da parte do proprietário, nem da parte dos lojistas, mas já tivera a oportunidade de manifestar publicamente a disponibilidade e o apoio da Câmara Municipal aos lojistas, no âmbito das competências que a Câmara Municipal tinha de os apoiar naquilo que fosse necessário. Era uma situação que a todos preocupava, porque se tratava de um estabelecimento comercial, o qual envolvia muitas famílias e tinha uma história na cidade, que todos deviam de ter o maior respeito por aqueles que se tinham esforçado ao longo dos últimos anos, para que se mantivesse aquela oferta de serviços às populações, mas que, de um momento para o outro tinha acontecido aquela situação. Desconhecia os seus antecedentes, razão pela qual não se renunciaria, no entanto, já tinha feito publicamente a manifestação da disponibilidade da Câmara Municipal para que apoiasse naquilo que fosse necessário, no âmbito das competências da Câmara Municipal. Também não tinha havido da parte do proprietário nenhuma iniciativa, no sentido de saber os projetos ou pretensões que tinham para a utilização daquele espaço. Naturalmente que os serviços da Câmara Municipal estariam atentos a qualquer intervenção que pudesse haver, salvaguardando o património que pudesse ter interesse municipal.

No que referia à questão do Covid, como tinha sido dito pela senhora Vice-Presidente, existia uma comissão de acompanhamento interna, da qual faziam parte a partir do mês de novembro, os senhores vereadores com responsabilidades nos serviços, para além dos diretores de serviços, a proteção civil e os bombeiros, que após algumas reuniões tornaram público as decisões tomadas na referida comissão. A Câmara Municipal, através dos serviços competentes, acompanhava as várias situações, para além de que se mantinha o serviço público de vacinação, que era uma colaboração entre a Câmara Municipal e os serviços de saúde que atuavam na área do município, onde existiam vários trabalhadores da Câmara que estavam ao serviço permanentemente naquele centro de vacinação e que na sua atividade tinham correspondido àquilo que tinham sido as expectativas das populações. Havia um conjunto de questões que não dependiam da Câmara Municipal, designadamente os serviços médicos e a disponibilidade das próprias vacinas, no entanto, tudo tinha corrido dentro da normalidade e com satisfação daqueles que frequentavam aquele espaço, incluindo as próprias crianças, que nos dois últimos fins de semana tiveram a oportunidade de serem vacinadas naquele espaço.

A nível interno, como a senhora Vice-Presidente já tinha referido, também a situação no quadro daquilo que eram os normativos que eram conhecidos, tinha havido atuação, também os trabalhadores que tinham manifestado o interesse para ficar em teletrabalho tinham-lhes sido dada essa possibilidade, tudo tinha funcionado com a normalidade na situação de condicionamento.

No que se referia à questão dos serviços de apoio aos trabalhadores da Câmara ou trabalhadores que exerciam as suas funções em situação de emergência, tinha sido garantido o apoio aos filhos desses trabalhadores, até aos 12 anos. Tinham sido criadas as condições

em Azeitão para poderem ter um serviço de vacinação às populações, mas infelizmente a ARS não tinha conseguido garantir os meios para colocar aquele serviço a funcionar desde há vários meses, mas esperava que ainda pudesse vir a funcionar nos próximos dias, porque havia uma informação que apontava naquele sentido e como tal esperavam que pudesse vir a acontecer, porque para aquela população de Azeitão era importante.

No que se referia às questões das condições de acesso ao voto nas eleições de 30 de janeiro, disse que a Câmara Municipal estava a seguir as orientações que tinham sido dadas. A título de exemplo, relativamente ao voto antecipado, previsto para o dia 23 de janeiro, tinham passado de cinco para dez mesas de voto, na expectativa que pudesse haver uma grande afluência.

Referiu que tinham preparadas cinco equipas para possibilitarem a votação a quem estivesse em confinamento, mas também não tinham a informação de quantas pessoas podiam estar naquelas condições, era uma informação que circulava por quem tinha aquela responsabilidade e os serviços iam desenvolver o seu trabalho em função dos dados que lhes fosse fornecido, para saber se as cinco equipas seriam suficientes ou se haveria a necessidade de criarem mais equipas. Apesar do agravamento da situação que já era previsto na última informação que tinha fornecido sobre aquela matéria, na Câmara Municipal as questões estavam a ser acompanhadas com as limitações do pessoal técnico da responsabilidade da ARS ou do Ministério da Saúde. Naquele propósito lamentara que a ARS tivesse decidido retirar uma equipa técnica que acompanhava as situações de confinamento no Município de Setúbal. Tinham tido a informação de que o ministério tinha entendido retirar do município setubalense a equipa, porque fazia falta num outro município da Área Metropolitana de Lisboa, pelo que lamentavam a situação, uma vez que tinham verificado que o aumento de casos não tinha sido tão significativamente diferente noutros municípios da Área Metropolitana, designadamente na Área Metropolitana Norte, comparativamente à situação que se vivia no concelho de Setúbal. Era importante referir publicamente o desagrado por aquela situação, uma vez que os munícipes de Setúbal não tinham de ser penalizados por decisões que não tinham justificação, pela avaliação que tinham feito, em função das informações que recolheram e que lhes tinham dado para poderem tomar aquela decisão.

Informou os senhores vereadores que, naquele novo ano, era sempre com grande expectativa que todos iniciavam o novo ano com a esperança de que os seus objetivos e os seus sonhos se cumprissem, e também na Câmara Municipal, apesar daquelas dificuldades que eram conhecidas, sendo que umas dependiam da pandemia outros dependiam de decisões que tinham sido tomadas, designadamente com a aprovação do orçamento, no entanto, podia garantir que a Câmara Municipal continuava a desenvolver um trabalho que era conhecido e respeitado e que tinha merecido da parte da população com apreço significativo, como tal continuariam a desenvolver esse trabalho na qualificação do território, na melhoria da qualidade de vida das populações que também tinham as suas expectativas de vir a ter melhores condições de vida. Era aquilo que podia garantir naquele início de ano, desejando que esses objetivos e essas esperanças conseguissem ser objetivas.

No que se referia às manifestações, que tinham sido expressas no período de antes da ordem do dia relacionadas com a campanha eleitoral, absteve-se de ter feito.

Informou o senhor vereador Paulo Calado que já não era a primeira vez que colocara a questão sobre a inauguração do Interface e às obras da Avenida dos Ciprestes, pelo que referiu que já tinham sido dadas explicações sobre as mesmas em reunião de Câmara anterior e até propostas no sentido de justificar as razões dos atrasos daquelas obras que eram também conhecidas publicamente, uma vez que também não era caso único da Câmara Municipal de Setúbal, eram situações das quais tinham a expectativa de, infelizmente, se poderem vir a agravar, que se relacionavam com as condições dos concursos e dos contratos, que por diversas razões e argumentos das próprias empresas, pelas dificuldades várias, que também eram conhecidas, havia necessidade de reavaliar a situação. Tudo aquilo estava relacionado com os atrasos nas obras da Avenida dos Ciprestes.

No que dizia respeito à inauguração do Interface, aquela obra tinha sido iniciada num outro tempo e podiam ter opiniões diferentes sobre aquela questão, no entanto, o Interface era uma obra de grande relevância e única no concelho, no objetivo do desenvolvimento futuro para a cidade e sobre isso não tinham dúvidas. Tinha havido uma iniciativa, da qual tinha havido opiniões diferentes sobre a mesma, no entanto o Interface não podia funcionar enquanto não tivesse resolvido o problema da rotunda e, relativamente à questão do problema da rotunda, a obra atrasou-se por várias razões que estavam relacionadas com a situação já referida sobre a Avenida dos Ciprestes, mas também por ter sido encontrada uma infraestrutura da EDP. Tinha havido um diferendo com a EDP, sobre quem teria a responsabilidade dos custos da obra para a regularização daquela situação. Tudo aquilo tinha os seus tempos e era necessário dirimir aquelas situações, salvaguardando o interesse da Câmara Municipal e o interesse público.

Que tivesse ficado bem claro, que não haveria funcionamento do Interface enquanto a rotunda não estivesse concluída, uma vez que se tratava de uma questão técnica.

Sr. Vereador Paulo Calado – Informou o senhor Presidente que não lhe satisfazia a resposta, porque pretendiam que aquela situação fosse resolvida, assim como todos os setubalenses. No entanto, ter-lhe-á sido fornecida mais informações, sendo que o diferendo com a EDP não tinha sido mencionado na reunião de Câmara de 17 de novembro.

Disse que fazia votos e o desejo de Bom Ano, que também conseguissem resolver rapidamente aquele problema, para que se pudesse utilizar o Interface, o qual já tinha sido inaugurado a 16 de setembro de 2021.

Tinha colocado uma questão relacionada com o relatório anual, sobre o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações e daquilo que sabiam, o respetivo plano nunca mais tinha sido apreciado em reunião de Câmara desde 2011.

Sr. Presidente da Câmara – Agradeceu ao senhor vereador Paulo Calado a questão que tinha colocado, mas ia verificar, uma vez que não tinha conhecimento no momento daquela situação e na próxima reunião de Câmara teria a oportunidade de dar resposta ou antecipadamente daria informação caso tivesse oportunidade de o poder fazer.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 18 de outubro de 2021.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Elogiou a quem tinha elaborado o trabalho de transcrição, uma vez que se tratava de um trabalho ciclópico e devia ser terrível, talvez por essa razão também viesse justificar aquilo que eram as suas dúvidas em relação ao ponto 6, na deliberação número 09A/2021, de uma proposta sobre o Centro Hospitalar de Setúbal apresentada pelo PSD, que tinha dado origem a uma troca de “mimos”, à qual considerava que não estava clara em relação àquilo que realmente tinha acontecido. Em determinada altura da transcrição, surgia o senhor vereador Fernando Negrão a responder, atribuindo ao senhor Presidente aquilo que na altura tinha a ver com uma intervenção da senhora vereadora Patrícia Paz do seu Partido. Depois também a utilização de alguns tempos verbais que colocaram, em determinadas afirmações numa forma mais “doce” do que elas realmente aconteceram, pelo que levou a sugerir que aquele ponto fosse revisto, que a audição fosse revista e a transcrição fosse revista, porque não se identificavam verdadeiramente com o que estava transcrito. Gostavam que fosse feita uma revisão e a confirmar-se que tinham sido

naqueles termos. Inclusivamente, a referência que o senhor vereador Fernando Negrão fazia na resposta ao senhor Presidente e não à senhora vereadora Patrícia Paz.

Em relação aos restantes pontos não tinha nenhuma dúvida e não havia nenhum problema. Talvez naquele caso tenha sido um momento mais forte e sentido numa forma mais emotiva, por essa razão não se identificava e não podia ficar em paz com a sua aprovação, sem uma nova transcrição.

Sr. Presidente da Câmara – Informou o senhor vereador Vitor Ferreira, tal como o mesmo havia referido, não era fácil aquele trabalho, como todos sabiam, por essa razão sugeriu que o senhor vereador Vitor Ferreira pudesse elaborar as alterações pretendidas.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Informou o senhor Presidente que pelo menos identificariam onde teriam as dúvidas e depois faria chegar, ficando mais fácil para fazer a revisão.

Sr. Presidente da Câmara – Concordou com o senhor Vereador Vitor Ferreira e sugeriu que a referida alteração fosse feita com a presença do senhor vereador Fernando Negrão.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Concordou com a decisão do senhor Presidente.

Sr. Presidente da Câmara – Questionou o senhor vereador Vitor Ferreira sobre se em termos gerais poderiam aprovar o projeto de ata.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Sugeriu que o projeto de ata fosse retirado, uma vez que as reuniões de Câmara eram gravadas, e como aquela também já tinha sido gravada, seria uma questão dos serviços poderem fazer a audição da gravação e redigir de acordo com aquilo que tinha sido efetivamente dito naquela parte.

Sr. Presidente da Câmara – Agradeceu à Sra. Vereadora Sónia Martins e disse que admitia que no confronto e na expressão, às vezes mais emotiva, que algumas palavras pudessem não ser suficientemente claras, no entanto, sugeriu que o senhor vereador Vitor Ferreira, desse o seu contributo para que os serviços pudessem rever exatamente os pontos que tinha assinalado.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Concordou com o senhor Presidente, no entanto, acompanhava a sugestão da senhora vereadora Sónia Martins, não aprovariam naquela reunião o projeto de ata e faziam o respetivo apanhado, o qual também faria chegar à bancada do PSD, para que pudessem perceber as respetivas alterações.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Agradeceu ao senhor vereador Vitor Ferreira. Informou o senhor Presidente que o mesmo não tinha feito referência à questão dos seguros de responsabilidade civil, no entanto, iria ter em boa nota que o senhor Presidente acompanharia aquele assunto, uma vez que iriam ter novos voluntários sem seguro atribuído.

Sr. Presidente da Câmara – Informou a senhora vereadora Sónia Martins não podia nem devia referir a situações do passado, relativamente ao presente e ao futuro, podia confiar na garantia do acompanhamento daquela situação.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Informou o senhor Presidente que não pretendia deixar passar em branco e ter a certeza que iriam tomar as providências necessárias, para que o mesmo não voltasse a acontecer.

Sr. Presidente da Câmara – Informou a senhora vereadora Sónia Martins que já tinha tido a oportunidade de ter agradecido, na altura em que apresentou a questão. Relativamente ao passado não se devia pronunciar.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Referiu que a sua bancada tinha que chamar a atenção, uma vez que iam nomear novos voluntários, convinha que não adotassem os procedimentos do passado, porque muitas das vezes, instalavam-se determinados procedimentos que acabavam por não se alterar.

Intervenção inaudível.

Sr. Presidente da Câmara – Informou os vereadores que os mesmos sabiam exatamente ao que se estava a referir. Quando era necessário fazer, tinha que se fazer, porque, infelizmente, existiam determinadas situações que estavam marcadas no tempo e que infelizmente iam ficar. Cada vez menos reconhecia que aquilo não podia ser um alibi para tudo, como tal estava perfeitamente de acordo, no entanto, existiam determinadas marcas. Os vereadores podiam ter a certeza, quando se tinha referido àquilo se devia ao facto de terem existido marcas que estavam no território, no património ou em outras situações das quais já tinham sido referidas para que se pudesse compreender a situação.

Também tinha a opinião de que o passado não era argumento para tudo, mas para algumas coisas, infelizmente, teve que continuar a ser.

2. Deliberação n.º 01/2022 – Proposta n.º 16A/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Fornecimento contínuo para aquisição de serviços de assistência técnica com a reparação e manutenção de superestruturas de recolha de resíduos sólidos urbanos, pelo período de 24 meses – PAQ n.º 2315/2021/DITEM - Concurso Público n.º 27/2021/DAF/DICOMP/SECOMP

O Sr. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 22 não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 02/2022 – Proposta n.º 01/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vinte e Seis de Setembro, n.º 15 e 17, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23.

Sr. Vereador Joel Marques – Informou o senhor Presidente que o Partido Socialista não tinha nada a opor à proposta que tinha sido apresentada, no entanto, deviam referir que aquela proposta, tal como as quatro propostas seguintes tinham um erro na sua construção, uma vez que deliberavam que não se exercesse o direito de preferência por um valor, que não era o valor da transação que tinha sido proposto. A proposta tinha sido construída sobre uma outra proposta anterior, a qual já tinha o valor colocado e, por lapso, o valor não tinha sido corrigido. A proposta tinha que ser corrigida por proposta do senhor Presidente para que pudesse ser votada ou tinha que ser retirada para ser apresentada quando estivesse corrigida.

Sr. Presidente da Câmara – Agradeceu ao senhor vereador Joel Marques e informou-o de que existia um problema que todos conheciam o qual se chamava “copy paste”. Felizmente

que no texto da proposta constava o valor real e verificava-se que o segundo valor era um erro, percebendo-se claramente o valor que estava em causa. Lamentavelmente as tecnologias levavam o homem, muitas vezes, a cometer aqueles erros que algumas das vezes eram irreparáveis, mas aquele não seria o caso e por essa razão agradeceu ao senhor vereador o reparo, embora não houvesse dúvidas nenhuma que o valor estava identificado.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Sobre aquelas propostas, informou o senhor Presidente que desde a deliberação n.º 2/2022 à deliberação n.º 28/2022, o Decreto-lei deveria ser o n.º 263-A/2007 de 23 de julho, no entanto nas propostas não constava o “traço A” que deveria constar imediatamente a seguir ao número do decreto, o que podia levá-los a outra matéria, a outro diploma.

Sr. Presidente da Câmara – Informou os vereadores, caso não se importassem, que aquela referência ficava para os serviços, para que fizessem as devidas alterações. Tratava-se de uma referência que era importante, mas não era determinante para as votações.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que era importante, porque se referiam a outro Decreto-Lei.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Joel Marques – Fez o seguinte esclarecimento: *“Para que ficasse claro estariam a votar e a provar por unanimidade as propostas, considerando a correção do valor da não existência do direito de preferência, em função daquilo que era o valor de transação, como era referido na proposta.”*

Sr. Presidente da Câmara – Informou o senhor vereador Joel Marques que era o valor que constava no corpo da proposta, como sendo o correto. Solicitou aos serviços que tivessem em conta a referência à alteração do Decreto-Lei que a senhora vereadora Sónia Martins tinha referido.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Dirigindo-se ao senhor Presidente, sugeriu que se pudesse votar desde a deliberação n.º 2/2022 até à deliberação n.º 28/2022, de uma só vez, uma vez que se tratavam de propostas com o mesmo teor.

Sr. Presidente da Câmara – Questionou os restantes vereadores se estariam de acordo com a proposta da senhora vereadora Sónia Martins, no sentido de votarem em conjunto as deliberações desde a deliberação n.º 3/2022 até à deliberação n.º 28/2022, uma vez que a deliberação já tinha sido votada, com as alterações referenciadas.

Havendo concordância foram as deliberações n.º 3/2022 até à n.º 28/2022 aprovadas em conjunto.

4. Deliberação n.º 03/2022 – Proposta n.º 02/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Associação Socorros Mútuos Setubalense, 7 – r/c, Fração “B”, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 24 (ver ponto 3 da ata).

5. Deliberação n.º 04/2022 – Proposta n.º 03/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Associação Socorros Mútuos Setubalense, 6 – 1.º andar, Fração “A”, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 25 (ver ponto 3 da ata).

6. Deliberação n.º 05/2022 – Proposta n.º 04/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Almocreves, 8, Fração “B”, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 26 (ver ponto 3 da ata).

7. Deliberação n.º 06/2022 – Proposta n.º 05/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo António Joaquim Correia, 36, 37, 38 e 39, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 27 (ver ponto 3 da ata).

8. Deliberação n.º 07/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo de S. Tiago, n.º 4, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 28 (ver ponto 3 da ata).

9. Deliberação n.º 08/2022 – Proposta n.º 07/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio das Casas Amarelas, Vale de Mulatas, Urbanização Jardins de Santiago, lote 62, em Setúbal, São Sebastião, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 29 (ver ponto 3 da ata).

10. Deliberação n.º 09/2022 – Proposta n.º 08/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Luz n.º 4, 1.º D, São Sebastião, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 30 (ver ponto 3 da ata).

**11. Deliberação n.º 10/2022 – Proposta n.º 09/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Estrada de Palmela, Bairro Dias Ferrão, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 31 (ver ponto 3 da ata).

**12. Deliberação n.º 11/2022 – Proposta n.º 10/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Padre José Maria Nunes da Silva n.º 193, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 32 (ver ponto 3 da ata).

**13. Deliberação n.º 12/2022 – Proposta n.º 11/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua da Fonte Fresca n.º 12, 3.º Dt., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 33 (ver ponto 3 da ata).

**14. Deliberação n.º 13/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Henrique Augusto Pereira, n.º 2, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 34 (ver ponto 3 da ata).

**15. Deliberação n.º 14/2022 – Proposta n.º 13/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Mariano Coelho, n.º 18, 1.º Dt., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 35 (ver ponto 3 da ata).

**16. Deliberação n.º 15/2022 – Proposta n.º 14/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Jaime Cortesão n.º 41, r/c Esq., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 36 (ver ponto 3 da ata).

**17. Deliberação n.º 16/2022 – Proposta n.º 15/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Mário Cães Esteves n.º 3, 9.º B, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 37 (ver ponto 3 da ata).

18. Deliberação n.º 17/2022 – Proposta n.º 16/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheirinhos, n.º 10, 5.º Dt., Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 38 (ver ponto 3 da ata).

19. Deliberação n.º 18/2022 – Proposta n.º 17/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Bairro Operário 28 e 30, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 39 (ver ponto 3 da ata).

20. Deliberação n.º 19/2022 – Proposta n.º 18/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. Manuel de Arriaga n.º 6 e 6A, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 40 (ver ponto 3 da ata).

21. Deliberação n.º 20/2022 – Proposta n.º 19/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Nuno Álvares n.º 46, 3B, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 41 (ver ponto 3 da ata).

22. Deliberação n.º 21/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça de Portugal, 38, São Sebastião, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 42 (ver ponto 3 da ata).

23. Deliberação n.º 22/2022 – Proposta n.º 21/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça de Portugal, 39, Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 43 (ver ponto 3 da ata).

**24. Deliberação n.º 23/2022 – Proposta n.º 22/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Nossa Senhora do Cais n.º 77, Bloco A, 1.º Dt., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 44 (ver ponto 3 da ata).

**25. Deliberação n.º 24/2022 – Proposta n.º 23/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua das Oliveiras, n.º 32 – 2.º Frt., Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 45 (ver ponto 3 da ata).

**26. Deliberação n.º 25/2022 – Proposta n.º 24/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Camilo Castelo Branco, n.º 130, São Sebastião, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 46 (ver ponto 3 da ata).

**27. Deliberação n.º 26/2022 – Proposta n.º 25/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Comendador Lino da Silva, 7 A e 7 B, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 47 (ver ponto 3 da ata).

**28. Deliberação n.º 27/2022 – Proposta n.º 26/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Estrada Nacional 10 – Quinta de Canes, Brejos de Canes, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 48 (ver ponto 3 da ata).

**29. Deliberação n.º 28/2022 – Proposta n.º 27/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Praceta das Amendoeiras, 4, 1.º E, Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 49 (ver ponto 3 da ata).

**30. Deliberação n.º 29/2022 – Proposta n.º 28/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com
área de 83,00 m², sita em Rua dos Pinheirinhos, na Freguesia de São
Sebastião – Retificação**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 50 (ver ponto 3 da ata).

31. Deliberação n.º 30/2022 – Proposta n.º 29/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 47, Bloco N, 4.º A, Fração AL, São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que naquela proposta e nas seguintes (29 a 39), verifica-se a mesma questão relativamente ao Decreto-Lei, posteriormente deveria ser feita a respetiva retificação.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

32. Deliberação n.º n.º 31/2022 – Proposta n.º 30/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 143, 143A e 143B, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

33. Deliberação n.º 32/2022 – Proposta n.º 31/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10, KM 37, Casal do Brejo, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

34. Deliberação n.º 33/2022 – Proposta n.º 32/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Andorinhas, n.º 7, Cave, Fração B, São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

35. Deliberação n.º 34/2022 – Proposta n.º 33/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Lagar de São João, n.º 10, 2.º F, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

36. Deliberação n.º 35/2022 – Proposta n.º 34/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Aldeia de Vendas de Azeitão, Lote 6, União das Freguesias de Azeitão, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

37. Deliberação n.º 36/2022 – Proposta n.º 35/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da Amizade, n.º 35, r/c, Fração D, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

38. Deliberação n.º 37/2022 – Proposta n.º 36/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bloco A - Avenida Belo Horizonte, n.º 80 e 80A, Bloco B – Avenida Belo Horizonte, n.º 78, 78D, 78E, traseiras 78A, 78B e 78C, bloco E – Avenida Belo Horizonte, n.º 76, 76A, 76B e Rua Dr. José de Barros e Vasconcelos, n.º 1, Areias, Bairro Santos Nicolau, Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**39. Deliberação n.º 38/2022 – Proposta n.º 37/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praceta Agostinho da Silva, 8, Fração D, São Sebastião, Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**40. Deliberação n.º 39/2022 – Proposta n.º 38/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Casal do Brejo, Estrada Nacional 10, União de Freguesias de Setúbal,
Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**41. Deliberação n.º 40/2022 – Proposta n.º 39/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Várzea do Arneiro – Estrada dos Picheleiros, União de Freguesias de
Setúbal, Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**42. Deliberação n.º 41/2022 – Proposta n.º 40/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Alienação de parcela de terreno, sita na Rua Frei Pedro Lagarto, União de
Freguesias de Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 62 e 63.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que iria apresentar uma nota sobre aquela e as próximas propostas, ainda que as outras duas ainda não tivessem sido apresentadas. A avaliação que constava nas três propostas tinha sido de 2020, feitas pela anterior Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis, pelo que seria bom que tivesse sido a nova Comissão Municipal de Avaliação a tê-lo feito, uma vez que aquela Comissão era do passado 2020 e já existia uma nova Comissão no presente, sendo que já teria passado um ano e meio.

Sr. Presidente da Câmara – Informou a senhora vereadora Sónia Martins, caso os restantes vereadores assim o entendessem, retirariam aquelas propostas, no entanto aquelas propostas estavam relacionadas com situações que por razões processuais se tinham

arrastado e pelo facto tinham a urgência dos próprios interessados, razão pela qual solicitava a consideração dos vereadores para aquele facto. Sendo que as bases para a elaboração daquelas avaliações eram certamente as mesmas que tinham sido feitas em 2020. Estava certo de que tudo aquilo tinha um processo burocrático para chegar até à proposta, uma vez que tinha existido negociação com os próprios, inclusive para saber se estariam de acordo com os valores. Sem dúvida que o interesse público se sobrepunha, mas havia ali interesses particulares, que tendo em conta que os processos burocráticos eram longos, colocava à consideração dos vereadores. Sendo as duas propostas sobre a mesma matéria, de anexação de determinados metros quadrados, tratava-se de logradouros que já estavam a ser utilizados pelos interessados, os quais tinham manifestado a conveniência pela sua aquisição. Não havendo também inconveniência para o interesse público de continuar a perpetuar aquela situação, porque eram situações de alguma degradação, uma vez que havia a incapacidade de acompanhar no dia-a-dia aquelas situações.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que no entender da sua bancada não havia qualquer motivo para retirar aquelas propostas. As avaliações tinham sido feitas em 2020, no entendimento com os interessados e tinha sido necessário proceder à desanexação de uma parte dos terrenos que pertenciam ao município. Tratava-se de um processo burocrático que não dependia exclusivamente do município e aquilo que era proposto seria a conclusão do respetivo processo. Após a desanexação seria criado um novo número de registo na Conservatória de Registo Predial, que permitisse a transmissão da área de terreno, que os interessados pretendiam adquirir. Naturalmente que o acordo de valores tinha sido feito no momento em que a avaliação tinha sido feita e tinha sido aquele acordo de valores que tinha permitido avançar para o processo de desanexação daquela área de terreno. No entender da bancada do Partido Socialista não se justificava nem uma nova avaliação porque o acordo já estava feito com os interessados e tinha sido feito no momento em que a avaliação tinha sido homologada, nem se justificava a retirada das propostas, estando reunidas todas as condições para que as propostas pudessem ser votadas da forma com tinham sido apresentadas, por essa razão iriam votar favoravelmente as respetivas propostas.

Sra. Vereadora Rita de Carvalho – Afim de complementar as informações que tinham sido prestadas, disse que nunca seria possível ter uma avaliação com um prazo mais reduzido do que aquele que tinha sido apresentado. Na maioria das razões, havia a necessidade de deliberação da Assembleia Municipal de desclassificação do domínio público para o domínio privado, pelo que se tratava de um processo burocrático, muito moroso, tendo que cumprir prazos. Por muito eficaz que fosse o processo, nunca seria menos de um ano ou aproximadamente um ano, pois havia sempre aquela limitação relativamente à avaliação que era elaborada pelos serviços.

Sr. Presidente da Câmara – Disse que havia uma manifestação do interessado, do privado, posteriormente haveria que fazer-se a avaliação, caso mantivesse a sua manifestação, depois teria que passar do domínio público para o domínio privado com o processo a ser apreciado em reunião de Câmara e posteriormente na sessão da Assembleia Municipal, voltando novamente a reunião de Câmara com a proposta devidamente formulada. Se tivessem que voltar novamente à sua avaliação, tudo aquilo tinha que percorrer, não o mesmo circuito, mas seria um circuito igualmente moroso, que ia penalizar o interesse particular e também o interesse público, era útil que os particulares pudessem adquirir, para que as mesmas não ficassem numa situação de abandono, tal como se verificava.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 9 votos a favor, 5 (CDU) e 4 (PS) e 2 abstenções (PSD).

43. Deliberação n.º 42/2022 – Proposta n.º 41/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação de parcela de terreno, sita na Rua da Vontade, União de Freguesias de Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 64 e 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada em minuta, por maioria, com 9 votos a favor, 5 (CDU) e 4 (PS) e 2 abstenções (PSD).

44. Deliberação n.º 43/2022 – Proposta n.º 42/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Loteamento Municipal do Bairro Grito do Povo - Alienação dos lotes

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 66 e 67.

Sr. Presidente da Câmara – Disse que era um passo muito importante que a Câmara Municipal de Setúbal tinha dado, no sentido de muitos proprietários de casas poderem ver a sua propriedade plena, com a superfície onde estava instalado o lote. Eram casas que muitos ainda estavam a pagar e que daquela forma e por aquele valor simbólico iam ter acesso à propriedade plena.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada em minuta, por maioria, com 9 votos a favor, 5 (CDU) e 4 (PS) e 2 abstenções (PSD).

45. Deliberação n.º 44/2022 – Proposta n.º 04A/2021 – DCIRT/DITUR – Apresentação de Candidatura da Praia da Figueirinha ao Galardão Bandeira Azul 2022

Não estando presente o senhor vereador Carlos Rabaçal, o senhor Presidente solicitou à senhora Vice-Presidente que fizesse a leitura das respetivas propostas.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

46. Deliberação n.º 45/2022 – Proposta n.º 06A/2021 – DOM – Empreitada “AD 42/16 - Moinho da Maré da Mourisca - Trabalhos de remodelação e manutenção” - Auto de receção definitiva – Homologação

A Sra. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 69 e 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

47. Deliberação n.º 46/2022 – Proposta n.º 07A/2021 – DOM - Empreitada “CPREV 36/2020/DOM – Unidade de Saúde Familiar de Azeitão” – Aprovação de PTRE – Plano de Trabalhos com Riscos Especiais

A Sra. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 71 a 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

48. Deliberação n.º 47/2022 – Proposta n.º 08A/2021 – DOM - Empreitada "CLPQ 04/2020 - Museu de Setúbal - Recuperação do Convento de Jesus - Alas Norte e Nascente" - Aprovação de DPSS – Desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada

A Sra. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 74 a 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

49. Deliberação n.º 48/2022 – Proposta n.º 59A/2021 – DURB/DIGU - Aprovação de alteração à planta de síntese de loteamento

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

50. Deliberação n.º 49/2022 – Proposta n.º 105A/2021 – DURB/GAPRU – Pedido de informação prévia sobre viabilidade de construção de um conjunto de edifícios de habitação coletiva

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 79.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Agradeceu à senhora vereadora Rita Carvalho e aos serviços que fizeram chegar o parecer do qual tiveram a oportunidade de responder naquele dia pela permanente incerteza sobre a natureza da operação urbanística, pelo que se iam abster na votação daquela proposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada em minuta, por maioria, com 9 votos a favor, 5 (CDU) e 4 (PS) e 2 abstenções (PSD).

51. Deliberação n.º 50/2022 – Proposta n.º 01/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação de compartes, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 80 e 81, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

52. Deliberação n.º 51/2022 – Proposta n.º 02/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação de compartes, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 82 e 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

53. Deliberação n.º 52/2022 – Proposta n.º 03/2022 – DURB - Pedido de emissão de parecer favorável de ampliação de compartes, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 84 e 85, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

54. Deliberação n.º 53/2022 – Proposta n.º 04/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de 4 moradias, 4 garagens, 4 piscinas e muro de vedação

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 86, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

55. Deliberação n.º 54/2022 – Proposta n.º 05/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, abrigo automóvel, piscina e muro de vedação



A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 87, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

56. Deliberação n.º 55/2022 – Proposta n.º 06/2022 – DURB/DIGU - Aprovação do projeto de arquitetura – obras de reconstrução, ampliação e alteração de pavilhão ginnodesportivo

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 88, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

57. Deliberação n.º 56/2022 – Proposta n.º 07/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 89, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

58. Deliberação n.º 57/2022 – Proposta n.º 08/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 90, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

59. Deliberação n.º 58/2022 – Proposta n.º 09/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 91, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

60. Deliberação n.º 59/2022 – Proposta n.º 10/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 92, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

61. Deliberação n.º 60/2022 – Proposta n.º 11/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 93, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

62. Deliberação n.º 61/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DURB/DIGU - Concessão de licença de construção de piscina e legalização de alteração do muro de vedação.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 94, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

63. Deliberação n.º 62/2022 – Proposta n.º 13/2022 – DURB/DIGU - Concessão de licença de construção de moradia unifamiliar, piscina e muro de vedação.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 95, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

64. Deliberação n.º 63/2022 – Proposta n.º 14/2022 – DURB/DIGU - Concessão de licença de construção de moradia unifamiliar, abrigo automóvel e muro de vedação.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 96, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

65.Deliberação n.º 64/2022 – Proposta n.º 15/2022 – DURB/DIGU - Concessão de licença de construção para ampliação e alteração de moradia unifamiliar existente, com garagem, tanque enterrado e muro de vedação.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 97, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

66.Deliberação n.º 65/2022 – Proposta n.º 16/2022 – DURB/DIGU - concessão de licença de construção, para moradia unifamiliar, garagem, piscina e muro de vedação.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 98, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

67.Deliberação n.º 66/2022 – Proposta n.º 17/2022 – DURB/DIGU - Caducidade da operação urbanística de demolição da edificação.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 99, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

68.Deliberação n.º 67/2022 – Proposta n.º 18/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 100 e 101, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

69.Deliberação n.º 68/2022 – Proposta n.º 19/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 102 e 103, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

70.Deliberação n.º 69/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar isolada, garagem, piscina e muros de vedação.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 104, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

71.Deliberação n.º 70/2022 – Proposta n.º 21/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de 3 moradias, 3 abrigos automóveis, 3 piscinas e muro de vedação.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 105, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

72.Deliberação n.º 71/2022 – Proposta n.º 22/2022 – DURB/DIGU - Caducidade do procedimento e arquivamento do processo.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 106, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

73.Deliberação n.º 72/2022 – Proposta n.º 23/2022 – DURB/DIGU - Pedido de informação prévia de realização de obras de construção de uma moradia unifamiliar e de uma unidade de turismo de habitação.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 107, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

74.Deliberação n.º 73/2022 – Proposta n.º 24/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 108, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

75. Deliberação n.º 74/2022 – Proposta n.º 25/2022 – DURB/DIGU - Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de realização de demolição e de edificação em área de servidão administrativa.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 109, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

76. Deliberação n.º 75/2022 – Proposta n.º 26/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de reabilitação/alteração de cobertura.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 110, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

77. Deliberação n.º 76/2022 – Proposta n.º 27/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas ao edifício de habitação e concessão da licença.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 111, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

78. Deliberação n.º 77/2022 – Proposta n.º 28/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 112, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

79. Deliberação n.º 78/2022 – Proposta n.º 29/2022 – DURB/GAPRU - Concessão da licença de construção de demolição, reconstrução, alteração e ampliação do edifício habitacional.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 113, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**80.Deliberação n.º 79/2022 – Proposta n.º 30/2022 – DURB/GAPRU -
Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local.**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 114 e 115, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**81.Deliberação n.º 80/2022 – Proposta n.º 31/2022 – DURB/GAPRU -
Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local.**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 116 e 117, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**82.Deliberação n.º 81/2022 – Proposta n.º 32/2022 – DURB/GAPRU -
Homologação do auto de vistoria – Alojamento Local.**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 118 e 119, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**83.Deliberação n.º 82/2022 – Proposta n.º 33/2022 – DURB/DIGU – Concessão da
licença de demolição de edifício.**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 120, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Mário Amaral – Disse que no Pólo da Biblioteca da Bela Vista cada vez havia mais falta de jornais, os computadores não funcionavam convenientemente, não era disponibilizado o “Wi-fi”. Reclamava havia já 12 anos por nunca ter recebido uma resposta das reclamações que fazia no Livro Amarelo. No dia 30 de dezembro, o funcionário que estava a substituir a senhora Cecília não abriu a porta às 9 da manhã, sem que tivesse deixado qualquer aviso na porta. No dia 3, da parte da tarde também às 14 horas, a biblioteca encontrava-se fechada, sem que tivessem sido avisados. A senhora Dra. Lígia Águas que era responsável pelas bibliotecas tinha conhecimento, mas também não quis saber. Reclamou pela falta de jornais, uma vez só disponibilizavam três jornais, o JN, o Correio da Manhã e o Record, enquanto antigamente existiam sete jornais, tal como existiam nas outras bibliotecas, faltava incluir o jornal O Público, o jornal I, o jornal Diário de Notícias e o jornal O Setubalense. Não se podia

utilizar um computador, porque não havia “Wi-fi” disponível, no entanto na baixa existia “Wi-fi” por todo o lado.

Quando o senhor Presidente, que na altura ainda era candidato, andava a fazer campanha eleitoral, estiveram juntos na Rua João Maria Jales, e também tinha estado presente o Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, nessa altura tinha chamado a atenção sobre o problema das sarjetas, que já anteriormente tinha reclamado sem que tivesse obtido resposta. Disse que trazia um documento que comprovava a reclamação feita no dia 14/11/2019, o qual solicitava a limpeza das sarjetas da Rua João Maria Jales, no túnel que ficava frente ao Minipreço, nos Quatro Caminhos. Quando chamou o senhor Presidente o mesmo ter-lhe-á virado as costas e terá dito que ele votava no PSD. Ter-lhe-ia respondido que não acreditava em político nenhum, não votava em nenhum e que não dava “tachos” a ninguém e nessa altura o senhor Presidente virou-lhe as costas e não quis saber.

A árvore que se encontrava havia quase seis meses para ser levantada, só tinha sido levantada naquele dia, porque tinha feito uma reclamação ao senhor Presidente e à senhora responsável pela área.

Questionou o senhor Presidente se estava recordado da situação. Disse que gostava de saber quais as atitudes que o senhor Presidente iria tomar relativamente à limpeza das sarjetas nos Quatro Caminhos e em relação à Biblioteca.

Questionou o senhor Presidente, caso houvesse uma cheia na cidade se seria nessa altura que iriam limpar as sarjetas.

Disse que tinha os documentos que podiam comprovar aquelas situações e que podia deixá-los junto da pessoa que secretariava o senhor Presidente.

Sr. Presidente da Câmara – Informou o senhor Mário Amaral que agradecia o facto de os munícipes, como tinha sido aquele caso, de vir apresentar as razões que tinham. Aquilo era uma obrigação, naturalmente que os serviços municipais tinham a responsabilidade de fazer aquelas tarefas, mas quando os munícipes apresentavam as suas questões, naturalmente que tinham que agradecer.

As reclamações do senhor Amaral tinham ficado registadas, no entanto, desconhecia aquela situação que tinha referenciado, porque não era seu hábito, quando algum munícipe se lhe dirigia para colocar alguma questão, referenciá-lo com a ligação a qualquer partido político. Certamente que a questão mais importante que tinha colocado não seria aquela, mas certamente e muito em breve ia ter uma resposta às questões colocadas.

Se o Pólo da Biblioteca não tinha as condições de funcionamento que devia ter, certamente que ia passar a ter essas condições. Não era já no dia seguinte, no entanto, ia passar a ter condições de funcionamento.

No que se referia às sarjetas sabia que existiam várias situações na cidade que não estavam em determinada altura a funcionar, como como deviam estar, no entanto, no último mês choveu bastante em Setúbal e não havia registos de maior, felizmente, sobre aquela questão. Disse que ficava o registo daquele caso, em concreto, na zona dos Quatro Caminhos.

Sra. Maria Amália – Disse que tinha feito o pedido para uma habitação de rendas sociais e que era vítima de violência doméstica, mas ainda não tinha obtido resposta por parte da Câmara.

Gostaria de saber o parecer do senhor Presidente sobre aquele assunto.

Sr. Presidente da Câmara – Questionou a munícipe se já se tinha dirigido aos serviços da Câmara para que se pudesse inscrever na habitação de renda social.

Sra. Maria Amália – Informou o senhor Presidente que já se tinha inscrito e disse que a sua antecessora nunca a tinha recebido, nem dado qualquer resposta ao solicitado.

Sr. Presidente da Câmara – Informou a senhora Maria Amália que não tinha resposta para lhe dar, porque não tinha aquela informação, no entanto, ficava registado. Tinha em seu

poder o contacto da munícipe e naturalmente que os serviços iam avaliar a situação e entrariam em conta com a senhora Amália, devendo ser contacta num prazo máximo de quatro ou cinco dias.

Sra. Maria Amália – Informou o senhor Presidente que andava em cima da situação, uma vez que andava a batalhar pela resolução da sua situação, que durava aproximadamente havia três ou quatro anos.

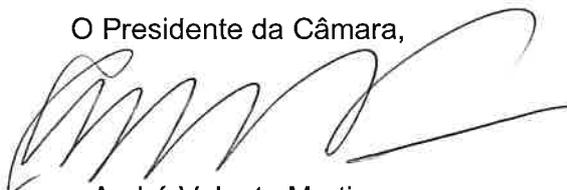
Sr. Presidente da Câmara – Informou todos os vereadores que estava prevista uma reunião extraordinária de Câmara para a quarta-feira seguinte. Caso ainda não tivessem recebido essa informação, certamente que iam receber muito em breve, dado que a quantidade de propostas era bastante grande e se fizessem reuniões de 15 em 15 dias, certamente que as mesmas eram muito prolongadas.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e vinte dois minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 1 de junho de 2022, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 37 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Ana Paula Lico
Conferida por: Ana Paula Lico
Revista por: Paulo Hortênsio